

Presidentes de Tribunais de Justiça escolhem Pena Justa entre temas prioritários

05/04/2025

O documento que reúne as principais conclusões do 15º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), encerrado na última sexta-feira (28/3), destacou o engajamento do Judiciário na elaboração, implementação e monitoramento do Plano Pena Justa em âmbito local entre suas prioridades.

A [Carta de Florianópolis](#), assinada por todos os dirigentes de tribunais que participaram do evento e aprovada por unanimidade, também reforça a necessidade de buscar soluções para os desafios estruturais do sistema penal brasileiro.

O objetivo é alinhar estratégias conjuntas e definir temas relevantes para o fortalecimento da Justiça no país.

Durante o evento, o presidente do Consepre, desembargador Francisco Oliveira Neto, afirmou que o Pena Justa é resultado de uma mudança cultural que reconhece a execução penal como parte essencial da atividade jurisdicional.

“A paz social, que é a nossa missão, só ocorre quando, efetivamente, uma pena justa é aplicada. Nem mais, nem menos, mas aquilo que foi determinado. A sentença é apenas uma etapa”, disse o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Pena Justa

O Pena Justa foi abordado no segundo dia do evento em um painel técnico com integrantes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ.

Segundo o coordenador do DMF, Luís Lanfredi, o Pena Justa faz com que o Estado reassuma o controle do sistema carcerário.

“A principal mazela do sistema prisional é a superlotação, e a superlotação corrompe todo o sistema na sua realização prática, na medida em que drena todos os recursos, evitando que as políticas possam alcançar a universalidade daquele público de uma maneira adequada. Nunca estivemos tão perto de uma abordagem realmente sistêmica, com foco em metas e efetividade”.

Para o magistrado, o papel dos Tribunais de Justiça é fundamental, porque é nos estados que o plano se torna realidade.

Também falou no evento o juiz auxiliar da Presidência do CNJ com atuação no DMF João Felipe Menezes Lopes, que apresentou sistemas vinculados ao plano: o Sistema de Apresentação Remota de Pessoas em Liberdade (Saref) e o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0). Ele também destacou o papel fundamental dos tribunais para o sucesso do plano.

“Tanto nas políticas mais fáceis de implementar quanto nas mais complexas, é fundamental que os tribunais assumam esse protagonismo. O Pena Justa é mais que uma diretriz, é uma responsabilidade compartilhada com a sociedade brasileira”.

O [Pena Justa](#) é uma determinação do Supremo Tribunal Federal para superar os principais desafios do sistema prisional, como superlotação e infraestrutura precária, que contribuem para o fortalecimento do crime organizado e afetam diretamente a segurança de toda a população.





Para sua efetiva implementação, os estados desempenham papel central por meio dos Tribunais de Justiça e dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMFs), que têm até agosto para entregar seus planos locais, de forma espelhada ao **plano nacional**. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-abr-05/presidentes-de-tribunais-de-justica-escolhem-pena-justa-entre-temas-prioritarios-3/>